

argentina

Sucesso que incomoda

Os presidentes Néstor Kirchner e Lula/ ABR

O vigoroso crescimento econômico do nosso vizinho continua firme, desmentindo teses neoliberais, aumenta as dificuldades do FMI e dos credores e traz de volta à agenda problemas típicos das economias latino-americanas

Carlos Eduardo **Carvalho**

Num encontro entre antigos colegas do mercado financeiro no centro velho de São Paulo, em meados de maio, o clima era de irritação com o crescimento econômico da Argentina. Não porque queiram mal a nossos vizinhos ou invejem seu crescimento robusto, mas pelo medo de contágio: se a Rússia deu certo depois da moratória e “nuestros hermanos” continuarem com o PIB subindo em ritmo asiático, qualquer hora dessas alguém vai soprar na orelha do presidente Lula que seu governo poderia fazer o mesmo...

O Fundo Monetário Internacional (FMI) também está inquieto. Desde que Buenos Aires suspendeu os pagamentos de sua dívida externa com credores privados (e manteve os pagamentos ao FMI e ao Banco Mundial), mais de dois anos atrás, com a crise do regime de conversibilidade no auge, a direção do Fundo trata a moratória como um problema “do mercado”, ou seja, um problema entre credores que assumiram riscos excessivos e devedores que se dizem impossibilitados de pagar.

O FMI seguiu as orientações do governo Bush, preocupado com os custos das políticas de socorro a países

periféricos em crise, como enfatizam os conservadores norte-americanos. Para estes, as intervenções do FMI e de Washington, desde a crise mexicana de 1994-95, serviram apenas para proteger banqueiros e investidores dos próprios EUA que ganham muito com os juros abusivos cobrados na periferia e depois querem que o FMI e o Tesouro ianque “ajudem” os países quebrados a pagar seus compromissos.

A Argentina já pagou O governo Kirchner afinou suas posições no mesmo diapasão. Argumenta que os credores cobraram juros altos e diversas taxas adicionais durante anos, a pretexto de haver grandes riscos nos títulos argentinos. Seguindo esse raciocínio, a Argentina já pagou pela possibilidade de uma moratória e tem agora o direito de fazê-la, agora que está arruinada pela *débâcle* da conversibilidade, incensada e financiada por esses mesmos aplicadores. Belo argumento para justificar a oferta de pagar apenas 25% do valor da dívida externa com credores privados, a qual atinge pouco mais de US\$ 80 bilhões, cerca de metade da dívida externa total do país (a outra metade compre-

ende dívidas com o FMI, governos e outras agências internacionais).

A moratória argentina é a maior já registrada, pelo volume envolvido, pelo tempo de duração e pela radicalidade da oferta de apenas um quarto de pagamento, parcelado em longo prazo. Com essas credenciais, pode se tornar candidata ao título de maior triunfo entre os países que partiram para a moratória dos pagamentos aos credores para reorganizar suas economias. Um estudo do próprio FMI reconheceu que o número de sucessos é bastante expressivo em políticas deste tipo.

No “World Economic Outlook” de 2003, inteiramente dedicado à dívida pública em economias “emergentes”, a equipe econômica do FMI analisa os casos de redução drástica do endividamento público em 79 países (industrializados, “emergentes” e “outros países em desenvolvimento”). O trabalho defende que o crescimento econômico é muito prejudicado quando a dívida pública ultrapassa 40% do PIB – atenção Lula e Palocci: a dívida brasileira segue entre 55% e 60% do PIB, apesar de todo o arrocho....

A partir dessa premissa, o estudo do

FMI destaca 26 casos de forte redução da dívida pública, de pelo menos 18% do PIB, em períodos de três anos. Desses 26 casos, nada menos que 19 lograram a redução por meio de algum tipo de moratória ou *default*! E mais: o estudo aponta que na maioria desses 19 casos a redução da dívida se manteve nos anos seguintes e foi acompanhada por desempenho econômico muito melhor que no período anterior. O caso mais comentado é o Chile de Pinochet e seu expressivo desempenho econômico depois da moratória de 1982. O reconhecimento de que moratórias podem dar certo certamente não melhora o humor dos porta-vozes do “mercado”, nada satisfeitos com a postura do FMI.

Apoio europeu Os credores da Argentina, detentores dos títulos em moratória, contam com o apoio dos governos de países europeus, sobre os quais se concentram também as pressões de empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos. Muitas destas empresas compraram as antigas estatais “na bacia das almas”, mais de dez anos atrás, e obtiveram contratos com cláusulas de reajuste abusivas.

Os grupos de aplicadores que foram apanhados na moratória reclamam também o apoio do FMI e pressionam o Fundo a exigir que a Argentina se comprometa com um superávit primário de 4,5% para reservar recursos para o pagamento da dívida. A atitude do FMI é dificultada pelas manobras de Buenos Aires: o governo argentino concorda em pagar as parcelas devidas ao FMI, mas sem se comprometer a mudar a política com os credores privados, e ameaça parar de pagar também ao FMI, o que levaria o fundo a uma situação inédita de inadimplência. Afinal, Brasil, Turquia e Argentina concentram quase dois terços dos recursos emprestados pelo Fundo. Não são apenas os “homens de mercado” brasileiros que se arrepiam com a miragem de Lula em aliança com Kirchner! Pena que seja só uma miragem...

Para quem se preocupa com a situação econômica real da Argentina, contudo, os resultados são invejá-

veis. As preocupações agora são com a ausência de planos do governo sobre o que fazer em seguida e com os efeitos de crescer rápido demais, em especial com os gargalos na infraestrutura e com o aumento rápido das importações. São dois temas típicos da velha agenda desenvolvimentista, abandonada pelos liberais. O PIB cresceu 8,7% em 2003 e 10% no primeiro trimestre de 2004. A produção industrial em março avançou 15,5% em relação ao mesmo mês de 2003 e 1,3% na comparação com fevereiro. As previsões de crescimento do PIB de 6,5% em 2004 confirmam que a expansão em curso não é apenas a correção da profunda queda em 2001 e 2002 – é um processo que já dá mostras de ter dinamismo próprio.

O rápido crescimento econômico trouxe dois resultados de fazer vergonha à nossa equipe econômica: a inflação é menor que a brasileira e o desemprego caiu, de 24% para 14,5%. A receita tributária cresce muito, 37,1% a mais em março, e espera-se que a tendência de alta se mantenha. Os credores querem que estes recursos sejam destinados a pagamento da dívida pública, como no Brasil, mas o governo anunciou que o superávit fiscal obtido além de 3% do PIB será destinado à correção dos salários de funcionários de empresas estatais, entre 13% e 25% a partir de junho, e do valor das aposentadorias, em 17% até setembro. Além disso, o Ministério da Economia anunciou medidas fiscais para estimular os investimentos em bens de capital e infraestrutura.

Desmoralização neoliberal O incentivo governamental nessas duas áreas é outro elemento de desmoralização dos argumentos neoliberais. Os gargalos na infraestrutura representam uma das maiores ameaças à continuidade do crescimento da economia argentina, em especial a falta de energia elétrica em grandes centros. Mais de dez anos depois das privatizações de Menem, a infraestrutura continua dependendo de ações do setor público. Como no Brasil, as promessas da privatização ficaram restritas aos setores em que as empresas privadas puderam acumular grandes lucros e con-

taram com o firme apoio de dinheiro público.

O crescimento das importações também ameaça a performance argentina. O superávit comercial acumulado no primeiro trimestre, US\$ 2,658 bilhões, ficou 34% abaixo do realizado no mesmo período de 2003. É um problema típico de nossas economias: o crescimento rápido aumenta a demanda por importações e recoloca o risco de crises cambiais. Também nessa questão crucial os anos de “reformas” não trouxeram qualquer solução: a privatização e a desnacionalização não criaram um dinamismo exportador capaz de sustentar saldos comerciais com crescimento econômico. Deste lado do Prata, os otimistas e os porta-vozes do governo evitam qualquer associação dos megasuperávits brasileiros com a virtual estagnação da economia há dois anos. Veremos o que ocorrerá se a economia brasileira crescer os 3,5% estimados para 2004.

Manobra importante A situação econômica da Argentina melhorou muito, mas ainda é muito difícil. O governo Kirchner tem procurado manobrar com habilidade para evitar enfrentamentos dramáticos com o FMI, com as outras agências internacionais e com o governo norte-americano. Em abril, por exemplo, foi noticiado que o Banco Interamericano de Desenvolvimento concederá empréstimos no valor de US\$ 5 bilhões ao país, para financiar obras de infraestrutura e projetos de educação, saúde, tecnologia e desenvolvimento social.

As relações com o FMI são tensas, mas o governo procura manter os entendimentos sem concessões excessivas e sem cair em impasses. O FMI insiste que a Argentina apresente uma proposta mais atraente para os credores, o governo Kirchner oferece bônus com rendimento vinculado ao crescimento econômico do país. É mais uma manobra importante: vincular os compromissos externos ao crescimento que os neoliberais e os “mercados” prometem aos países que aceitam abrir suas fronteiras. ■

Carlos Eduardo Carvalho é economista, professor da PUC SP.